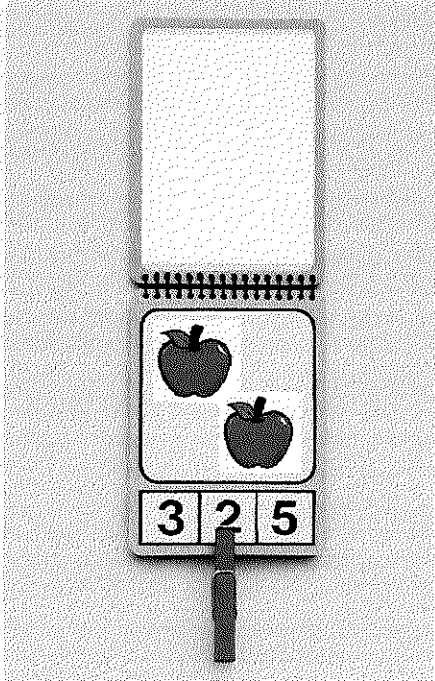
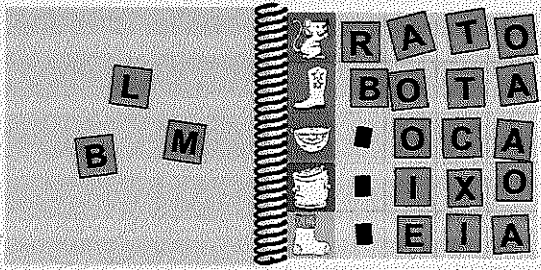
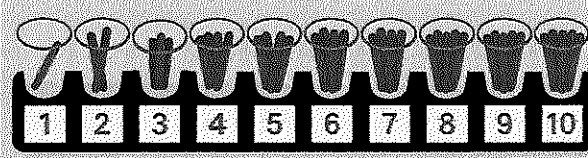
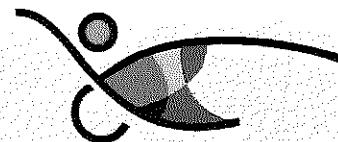
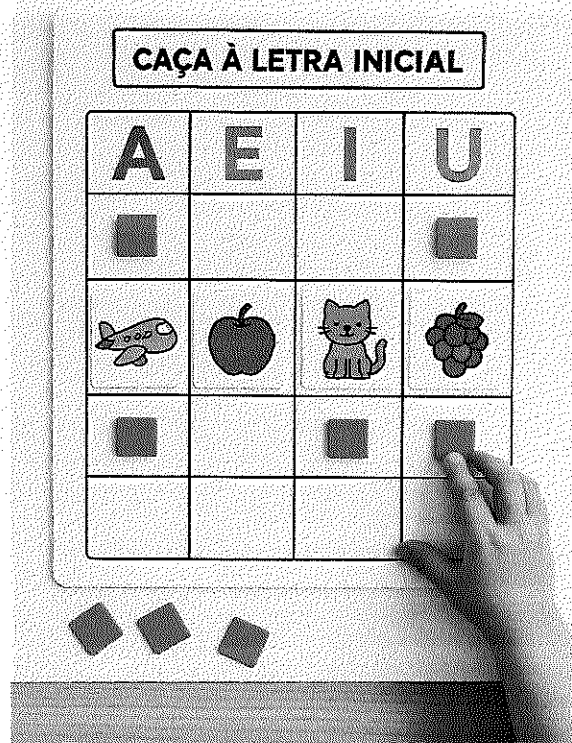


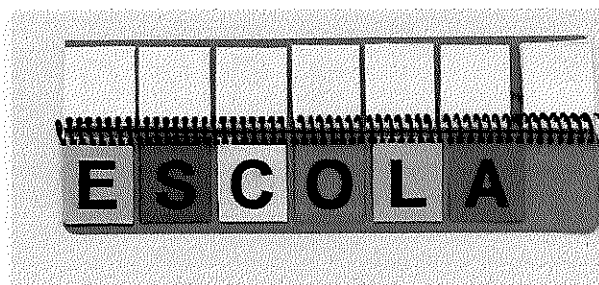
JOGOS	EXEMPLOS
Contagem e quantificação Oferecer condições para que o estudante construa a noção de número: contar, quantificar, verbalizar a sequência numérica e também a representação gráfica dos numerais. No que se refere aos números cardinais, aprende a contar objetos, avançar e retroceder na contagem, comparar quantidades, identificar “mais”, “menos” e “igual”, além de associar numerais às respectivas quantidades, ações fortalecem a noção de quantidade e o entendimento de que os números representam “quanto” existe de algo. Em relação aos números ordinais, o jogo favorece a compreensão da ideia de posição e sequência. Dessa forma, o jogo se torna um contexto significativo para explorar conceitos matemáticos, estimulando a aprendizagem de forma lúdica, concreta e prazerosa, sendo possível brincar de forma individual ou socializada.	
Loto Leitura Favorecer a reflexão sobre o sistema de escrita alfabética, estimular a leitura e a formação de palavras a partir de letras ou sílabas móveis, bem como a correspondência entre fonema e grafema em situação de brincadeira. O jogo pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, variando a quantidade de letras/sílabas e o tamanho das palavras. O docente pode propor desafios como “encontrar a palavra do cartão”, “trocar apenas uma letra para formar outra palavra” ou “montar palavras que rimem”, ajustando o nível de dificuldade às necessidades dos estudantes.	
Contagem e numeração Desenvolver o conceito de número por meio da associação entre numeral e quantidade, da construção da sequência numérica e da comparação de coleções, introduzindo também as noções de ordinalidade (primeiro, segundo, terceiro etc.). Organizar a atividade em duplas ou pequenos grupos, utilizando materiais concretos (tampinhas, blocos, brinquedos) para representar as quantidades. É possível propor diferentes desafios, como completar espaços vazios na sequência, contar objetos e registrar o numeral correspondente ou identificar “quem está em primeiro, segundo, terceiro lugar”, ajustando a quantidade de elementos conforme o grupo.	

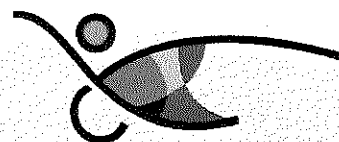
**JOGOS****Caça à letra inicial**

Favorecer a correspondência entre fonema e grafema, estimulando a identificação da letra inicial das palavras em diferentes contextos. O jogo consiste em apresentar ao estudante figuras, objetos ou palavras orais e convidá-la a descobrir qual é a letra inicial, marcando a coluna correspondente no painel. O docente pode nomear a figura, enfatizando o som inicial, e pedir que o estudante localize a letra, colocando um marcador, pregador ou ficha sobre o espaço correto. Também é possível inverter a proposta, mostrando primeiro a letra e pedindo que o estudante encontre, entre as figuras disponíveis, aquelas que começam com o mesmo som. A atividade amplia o repertório de palavras, desenvolve a consciência fonológica e permite diferentes níveis de desafio, podendo ser jogada individualmente ou em pequenos grupos, com apoios visuais e pistas orais para os estudantes que necessitarem.

EXEMPLOS**Varal alfabético**

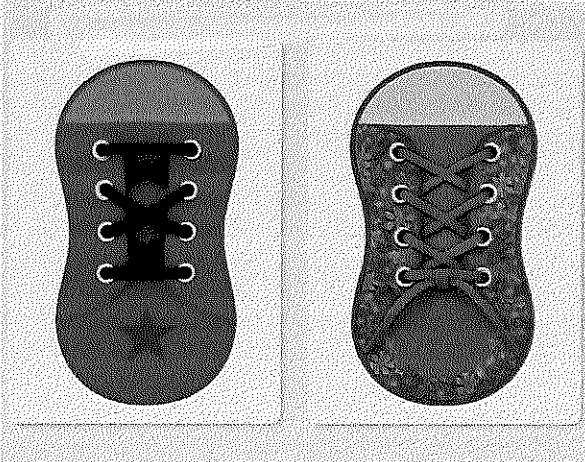
Favorecer a consciência fonológica e o processo de alfabetização, estimular a formação de palavras a partir de figuras e letras móveis, o reconhecimento de grafemas e sílabas e a leitura e escrita de forma lúdica. O varal pode ser utilizado individualmente, em duplas ou pequenos grupos, variando o nível de desafio (palavras curtas ou longas, sílabas simples ou complexas) de acordo com as necessidades dos estudantes.

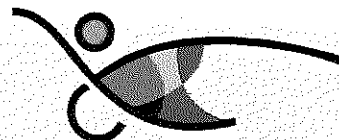




JOGOS	EXEMPLOS
Tangram Explorar as figuras geométricas planas e suas composições, desenvolvendo o raciocínio lógico, a percepção espacial, a coordenação motora fina e a criatividade na resolução de desafios. É recomendado propor desafios graduados, como reproduzir modelos prontos, criar desenhos livres ou montar figuras sugeridas pelos colegas, incentivando o trabalho em grupos heterogêneos para que os estudantes compartilhem estratégias e se apoiem mutuamente.	
Bingo das letras Organizar as letras para formar o alfabeto, estimular a atenção, a concentração, a percepção visual, a discriminação das letras, o planejamento para organizar as peças, a memória e o raciocínio. O bingo de letras é uma brincadeira que, ao mesmo tempo em que diverte, promove aprendizagens essenciais para a alfabetização: ajuda o estudante a reconhecer visualmente as letras, relacionar sons e símbolos, desenvolver a atenção e a concentração, tomar decisões com autonomia, socializar ao respeitar regras e interagir com colegas, além de tornar o contato com o alfabeto mais leve e motivador. Dessa forma, o jogo transforma a aprendizagem em uma experiência lúdica e significativa, podendo ser individual ou com mais participantes.	
Jogo da memória adaptado Encontrar pares de cartas iguais, que podem relacionar imagem-imagem, imagem-palavra ou número-quantidade, conforme o objetivo didático definido pelo docente. Ao virar as cartas, os estudantes exercitam a memória visual, a atenção, o raciocínio e a ampliação de vocabulário. Para apoiar a participação dos estudantes com deficiência, o número de pares pode ser reduzido, as cartas podem ser maiores, plastificadas e com contornos marcados; também é possível acrescentar texturas em relevo nas figuras para facilitar o reconhecimento por estudantes com baixa visão ou aqueles que se beneficiam de pistas táteis.	



JOGOS	EXEMPLOS
Coordenação motora Desenvolver a coordenação motora fina, a destreza dos dedos e a integração visomotora, favorecendo o planejamento de movimentos em sequência e a autonomia em atividades de vida diária, como amarrar cadarços e manipular pequenos objetos. O material pode ser utilizado individualmente, com o docente ou outro adulto, demonstrando o movimento em que o estudante repete o passo a passo (passar o cadarço, cruzar, puxar, dar o laço). Para estudantes com dificuldade motora, é possível usar cadarços mais grossos e coloridos, oferecer apoio físico parcial e ampliar o tempo de exploração. A atividade também pode ser organizada em pequenos grupos, em forma de desafio cooperativo, em que os estudantes se ajudam para completar o “amarrar do sapato”.	



REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-IV*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1994.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BALL, Stephen J. *Políticas educacionais: textos, trajetórias e estratégias*. Trad. Gilda A. R. S. Whitaker. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2001.

BIANCHETTI, Lucidio. *Educação especial e inclusão escolar: do indivíduo à instituição, do direito à diferença*. Campinas: Papirus, 2010.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. *Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas*. Trad. Maria Teresa Eglér Mantoan. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2002.

BRASIL. *Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2002.

BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 dez. 1999.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 dez. 2014.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 2 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 out. 2025.

BRASIL. *Escola viva: estratégias e orientações para a educação especial na perspectiva inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2000.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 dez. 1961.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 ago. 1971.



BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 out. 1989.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014–2024. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia, TDAH ou outros transtornos de aprendizagem. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1º dez. 2021.

BRASIL. *Nota Técnica nº 04/2014/MEC/SECADI/DPEE: orientações para a organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE*. Brasília, DF: MEC, 2014.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1999.

BRASIL. *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limites*. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2011.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 set. 2001.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 2009.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 jul. 2010.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 226, de 2022*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para atualizar a terminologia relativa ao Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022.



BUENO, José Geraldo Silveira. *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: EDUC, 1993.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"*. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2020.

FERREIRA, Windyz Brazão. Políticas de educação especial no Brasil: uma leitura histórica. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2008. p. 25–42.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas de educação especial na perspectiva inclusiva: avanços e tensões contemporâneas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 19, n. 1, p. 17–32, jan./abr. 2013.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. Porto Alegre: Mediação, 1991.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. 33. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. A política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: tensões e desafios na formação de professores. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 116, p. 769–787, 2011.

LORENZATO, Sérgio. *Laboratório de ensino de matemática e materiais didáticos manipuláveis*. Campinas: Autores Associados, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Campinas: Papirus, 2022.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *Educação especial no Brasil: integração/segregação do aluno diferente*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEYER, Anne; ROSE, David H.; GORDON, David. *Desenho universal para a aprendizagem: teoria e prática*. Porto Alegre: Penso, 2014.



Hospitalar e demais serviços da Educação Especial. Sorocaba, SP: Secretaria da Educação, 2023.

SOROCABA (Município). *Lei Municipal nº 3.601, de 14 de junho de 1991*. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado no município de Sorocaba. Sorocaba, SP, 14 jun. 1991.

SOROCABA (Município). *Lei Municipal nº 5.413, de 16 de abril de 1997*. Estabelece normas para o ingresso de pessoas com deficiência na rede municipal de ensino. Sorocaba, SP, 16 abr. 1997.

SOROCABA (Município). *Lei Municipal nº 10.436, de 2013*. Altera dispositivos da Lei Municipal nº 5.413, de 1997. Sorocaba, SP, 2013.

SOROCABA (Município). *Orientações para o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI*. Sorocaba, SP: Secretaria da Educação, 2024.

SOROCABA (Município). CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer CME nº 01/2012*. Homologa a criação da Classe Hospitalar no Hospital GPACI. Sorocaba, SP, 2012.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Salamanca: UNESCO, 1994.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *International classification of diseases for mortality and morbidity statistics (11th Revision)*. Geneva: WHO, 2019.